

Defensoria pede transferência de 20 mulheres presas irregularmente em SP

Cerca de 20 mulheres estão presas irregularmente na Delegacia de Investigações Gerais de São José do Rio Preto, no interior de São Paulo. A Defensoria Pública de São Paulo na cidade encaminhou ao Tribunal de Justiça paulista um pedido para que o grupo seja transferido para estabelecimentos prisionais adequados.

O defensor público Leandro de Castro Silva atua no caso e informou que o local não possui estrutura apropriada para receber as mulheres. Elas não podem receber visitas e nem tomar banho de sol. Isso vem acontecendo porque as cadeiras femininas da região estão interditadas. E as celas da Delegacia de Investigações Gerais, que em tese deveriam abrigar presas por no máximo três dias, estão sendo usadas por longo prazo.

De lá, as mulheres deveriam ser transferidas para o Centro de Detenção Provisória ou para uma penitenciária feminina. Algumas mulheres estão no local há mais de 50 dias. Uma delas, inclusive, tem mais de 60 anos.

O pedido de transferência já havia sido feito ao juiz-corregedor dos presídios e também ao juiz-corregedor da Polícia Judiciária. No entanto, surgiu um impasse sobre a competência para a remoção das mulheres presas. Por isso, o caso foi enviado ao Tribunal de Justiça. Desde o primeiro pedido, apenas três mulheres foram encaminhadas ao Centro de Ressocialização Feminino de São José do Rio Preto. *Com informações da Assessoria de Comunicação da Defensoria Pública de São Paulo.*

Date Created

02/08/2010